

UCB Biopharma Ltda.

CNPJ: 64.711.500/0001-14

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			Balancos Demonstração do Resultado do exercício Em milhares de Reais		
Balanço patrimonial			Demonstração do Resultado do exercício		
	2019	2018		2019	2018
ATIVO			PASSIVO		
Circulante	154.218	153.192	Circulante	22.647	31.069
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	48.698	4.406	Fornecedores (Nota 14)	6.524	9.552
Contas a receber (Nota 8)	27.401	30.466	Salários e obrigações sociais (Nota 15)	4.913	7.056
Impostos a recuperar (Nota 9)	5.019	7.860	Obrigações tributárias (Nota 18)	6.306	11.824
Estoque (Nota 10)	45.588	71.683	Outras contas a pagar	2.738	2.637
Outras contas a receber	625	1.330	Arrendamentos (Nota 4.2)	2.166	—
Partes relacionadas (Nota 17)	22.963	37.168	Não circulante	12.190	10.813
I.R. e Contribuição Social Diferidos (Nota 24)	3.924	279	Provisões para contingências (Nota 19)	9.108	8.793
Não circulante	35.950	30.763	Outras contas a pagar LP	1.328	2.020
Realizável a longo prazo	24.103	23.824	Arrendamentos (Nota 4.2)	1.754	—
Depósito Judicial (Nota 11)	9.410	9.410	Patrimônio líquido	155.331	142.073
I.R. e Contribuição Social Diferidos (Nota 24)	14.693	14.414	Capital social (Nota 20)	537.778	537.778
Imobilizado (Nota 12)	11.723	6.824	Reserva de Capital (Nota 20)	14.414	14.414
Intangível (Nota 13)	124	115	Prejuízos acumulados (Nota 20)	(396.861)	(410.119)
Total do ativo	190.168	183.955	Total do passivo + patrimônio líquido	190.168	183.955

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31/12/2019. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A UCB surge no Brasil em 2012 com a compra de participação na Meizler Biopharma Ltda. que posteriormente passaria a se chamar UCB Biopharma Ltda. (a "Companhia"). A UCB é biofarmacêutica global, de origem belga, que busca transformar a vida das pessoas que convivem com doenças graves. Nosso foco está nos distúrbios do sistema nervoso central e imunológico - colocando os pacientes no centro do nosso mundo. Direcionada às instituições públicas e privadas, hospitais e clínicas médicas, a Companhia possui serviços completos de armazenagem e distribuição, estruturados dinamicamente para atender, com agilidade, a crescente demanda de mercado e governamental por produtos de alta tecnologia e preços acessíveis. A Companhia possui 1 Centro de Distribuição (CD), localizado em Itajaí - SC. Em 30 de Março de 2017 a UCB Biopharma S/A incorporou a UCB Farma Brasil LTDA. Simultaneamente nesta incorporação houve a conversão do tipo societário, passando a UCB Biopharma de sociedade anônima fechada para sociedade empresária LTDA. No mesmo instrumento que deliberou pela incorporação e pela conversão do tipo societário, foi deliberado também a redistribuição das quotas, passando, desta forma, o controle societário da UCB Biopharma LTDA para a sócia UCB S/A (99,9%) e UCB Fipar S/A (0,01%), ambas com sede na Bélgica.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: Base de apresentação. Declaração de conformidade (com relação as notas IFRS e às normas do CPC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 29 de junho de 2020. Após a sua emissão, somente os quotistas têm poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06 (R2) – Arrendamento foi aplicado. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota Explicativa 4. **Moeda funcional e moeda de apresentação.** A moeda funcional da Companhia é o Real, e todos os valores apresentados nestas Demonstrações Financeiras estão expressos em reais, exceto quando indicado de outro modo. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor. **3. Principais práticas contábeis adotadas. 3.1. Apuração do resultado.** O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas de vendas são reconhecidas no resultado do exercício quando da efetiva transferência de riscos e benefícios relacionados aos produtos vendidos. **3.2. Estimativas contábeis.** As demonstrações financeiras são elaboradas com base nas melhores estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação dessas demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração monitora e revisa anualmente estas estimativas e suas premissas. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor). **3.4. Contas a receber de clientes.** As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. **3.5. Estoques.** Os estoques são demonstrados ao custo. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado". Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado. **3.6. Imobilizado.** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado. **3.7. Ativos intangíveis.** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil-econômica estimada. Os ativos intangíveis estão representados por licenças de softwares, marcas e patentes e licenças de exclusividade. **3.8. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment").** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **3.9. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes).** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.10. Imposto de Renda e Contribuição Social.** O imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10%) para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social aplicada sobre o lucro tributável, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal. As adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de Reais					
	Capital social	Ágio na emissão de Ações	Subtotal	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/17	537.778	14.414	552.192	(403.781)	148.411
Prejuízo do exercício	—	—	—	(6.338)	(6.338)
Saldos em 31/12/18	537.778	14.414	552.192	(410.119)	142.073
Lucro do exercício	—	—	—	13.258	13.258
Saldos em 31/12/19	537.778	14.414	552.192	(396.861)	155.331

diferidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **3.11. Ajuste a valor presente.** Os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo (se relevantes) e longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitas a: (i) Juros prefixados; (ii) Juros notoriamente abaixo do mercado para transações semelhantes; e (iii) Reajuste somente por inflação, sem juros, são ajustados a seu valor presente com base na taxa média praticada pela Companhia para concessão de desconto ou a sua taxa média de captação, dos dois o maior, que está em consonância com a taxa apurada pelo sistema especial de liquidação de custódia pertencente ao Banco Central do Brasil (SELIC) de risco e prazo semelhantes. **3.12. Empréstimos e financiamentos.** Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo. Os juros são incluídos em despesas financeiras. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **3.13. Fornecedores.** Representam obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes. Essas obrigações são reconhecidas a valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo, amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. **3.14. Obrigações trabalhistas e tributárias.** As obrigações trabalhistas são representadas por valores a pagar a funcionários decorrentes de salários, benefícios e os respectivos encargos devidos pela Companhia. O referido grupo contempla também os valores das férias vencidas proporcionais e seus encargos incorridos, até a data do balanço, apropriados mediante constituição da provisão. As obrigações tributárias são representadas por valores de tributos e contribuições devidos pela Companhia, sendo que os valores em atraso encontram-se corrigidos monetariamente e acrescidos de multa de mora, quando aplicável. **3.15. Ativos contingentes e provisão para demandas judiciais.** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos contingentes e provisão para demandas judiciais são as seguintes: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) Provisão para demandas judiciais são provisionadas quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados. **3.16. Instrumentos financeiros.** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas e características de cada tipo de ativos e passivos financeiros. **4. Mudanças nas principais políticas contábeis.** A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06(R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos do balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante a norma atual, ou seja, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. O CPC 06 (R2)/IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de arrendamento mercantil e o CPC 03/IFRIC 4; SIC 15 e SIC 27 Aspectos complementares de operações de arrendamento mercantil. **4.1. Arrendamentos em que a Companhia é um arrendatário.** A Companhia reconhece ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais. A natureza das despesas relacionadas aqueles arrendamentos foi alterada, sendo que a Companhia reconheceu um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. Anteriormente a adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 a Companhia reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo de arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas. **4.2. Impacto na transição.** A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor do inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos. A administração da Companhia optou por utilizar um expediente prático para transição e não considerar os custos iniciais na mensuração inicial do ativo de direito de uso, mantendo o valor do passivo inicial de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos. Movimentação do ativo de direito de uso: Adoção inicial em 01/01/2019 - IFRS 16/CPC 06 (R2) - 4.327;

Edifícios e outras construções	Benefetorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de laboratório	Equipamento de escritório	Equipamento de informática e telefonia	Impairment de ativos fixos em imóveis de terceiros	Arrendamento mercantil - imóveis	Arrendamento mercantil - veículos	Total
6	5.975	1.866	1.685	1.538	(1.384)	734	—	10.420
(4)	(940)	(662)	(938)	(1.052)	—	—	—	(3.596)
2	5.035	1.204	747	486	(1.384)	734	—	6.824
—	—	—	—	1.939	—	157	2.647	3.933
(1)	(397)	(148)	(61)	(252)	—	(343)	(2.317)	(3.519)
—	—	(72)	(113)	(270)	—	—	—	(258)
1	4.638	984	573	1.903	(1.187)	891	2.304	1.616
5	5.976	1.794	1.572	3.207	(1.186)	891	2.647	11.723
(5)	(1.338)	(810)	(999)	(1.304)	—	(343)	(3.933)	(7.116)
1	4.638	984	572	1.903	(1.186)	891	2.304	1.616
5	5	10	10	20	—	20	33	11.723

Programas de computador	Licenças	Total
619	587	1.206
(542)	(549)	(1.091)
77	38	115
75	75	150
(53)	(13)	(66)
99	25	124
694	587	1.281
(595)	(562)	(1.157)
99	25	124
5	5	10

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31/12

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2019	2018
Lucro (Prejuízo) do exercício antes do IR e CS	9.334	(944)
Ajustes para conciliar o lucro do exercício ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e Amortização	3.585	1.119
Impairment e baixas de ativos imobilizados	258	1.384
Provisões para contingências	316	5.574
Variações nos ativos e passivos		
Obrigações trabalhistas	(2.143)	844
Contas a receber de clientes	3.064	(13.266)
Estoques	26.095	(41.232)
Impostos a recuperar	2.840	2.442
Depósitos judiciais e em garantia	—	10.825
Fornecedores	(3.027)	1.414
Obrigações Tributárias	(5.518)	3.567
Outras contas a pagar	(590)	(1.172)
Outras contas a receber	705	(708)
Partes relacionadas	14.204	4.887
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	49.123	(25.266)

Fluxos de caixa das atividades de investimentos

Adições do Imobilizado e intangíveis	(8.751)	(170)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(8.751)	(170)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	3.920	—
Arrendamentos	3.920	—
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	3.920	—
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	44.292	(25.436)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.406	29.842
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	48.698	4.406

Adições - 2.253; Depreciação Acumulada - (2.660); Saldo em 31/12/2019 - 3.920. Dos contratos que foram escopo da norma, a Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento o valor do aluguel para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos. Movimentação dos arrendamentos a pagar:

Adoção inicial em 01/01/2019 - IFRS 16/CPC 06 (R2)	Média taxa anual(*)	4.327
Adições	21,84%	2.253
Pagamentos	—	(2.660)
Total	—	3.920
Passivo circulante	—	2.166
Passivo não circulante	—	1.754

(*) Taxa anual de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. **5. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Definição de um negócio (alterações ao CPC 15). • Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23). **6. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

7. Caixa e equivalentes de caixa	2019	2018
Bancos	48.698	4.406
8. Contas a Receber	2019	2018
Contas a receber de clientes	29.030	32.184
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.629)	(1.718)
	27.401	30.466

A abertura do saldo a receber de clientes pelos seus vencimentos está assim demonstrada: A vencer - 27.186; Vencidos até 30 dias - 194; Vencidos de 31 a 180 dias - 21; Vencidos há mais de 180 dias - 1.629. **29.030.** Para o saldo a receber vencido há mais de 180 dias, sempre quando a administração entendeu ser necessário, constituiu provisão para perdas sobre sua liquidação, com base em seu julgamento e por meio de estimativas e históricos, estando os mesmos com os assessores jurídicos para tentativa de recuperação. Há também uma provisão para produtos descontinuados.

9. Impostos a recuperar	2019	2018
ICMS a recuperar SC	2.086	3.275
PIS a recuperar	100	130
COFINS a recuperar	470	614
IPI a recuperar	25	24
ICMS a recuperar GO	17	17
IRRF a recuperar	639	2.647
Outros	1.682	1.153
	5.019	7.860
10. Estoques	2019	2018
Material de Embalagem	20	20
Mercadoria para revenda	42.092	46.898
Estoques em trânsito	5.207	28.371
(-) Provisão para perdas	(1.731)	(3.606)
	45.588	71.683

A Companhia baseia-se em análises quantitativas e qualitativas de realização para constituir a provisão para perdas nos estoques.

11. Depósito Judicial e em Garantia

Depósito Judicial	2019	2018
	9.410	9.410

12. Imobilizado: A Companhia avaliou a aplicação da revisão da vida útil-econômica dos itens do ativo imobilizado e concluiu que as taxas de depreciação e amortização utilizadas são adequadas internamente.

14. Fornecedores	2019	2018
Fornecedores mercado interno e externo	6.524	9.552

O saldo de fornecedores em aberto em 31 de Dezembro de 2019 é composto por compromissos a pagar de curto prazo, substancialmente com vencimentos até 90 dias, relativos a gastos com as atividades operacionais, imobilizados e despesas comerciais.